

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Departamento de Ciências Sociais

Bacharelado em Ciências Sociais

**DOS LIMITES DA HABITAÇÃO À LIBERDADE DO HABITAR:
UMA ANÁLISE DE GÊNERO DA PROVISÃO HABITACIONAL DO
PROGRAMA PAC-BEBERIBE**

Maria Carolina Lins Mendonça

Recife, agosto de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Departamento de Ciências Sociais

Bacharelado em Ciências Sociais

**DOS LIMITES DA HABITAÇÃO À LIBERDADE DO HABITAR:
UMA ANÁLISE DE GÊNERO DA PROVISÃO HABITACIONAL DO
PROGRAMA PAC-BEBERIBE**

Maria Carolina Lins Mendonça

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, sob a orientação do Profº Ms. Leonardo Cisneiros.

Recife, agosto de 2018.

**DOS LIMITES DA HABITAÇÃO À LIBERDADE DO HABITAR:
UMA ANÁLISE DE GÊNERO DA PROVISÃO HABITACIONAL DO
PROGRAMA PAC-BEBERIBE**

Monografia aprovada em ____/_____/2018, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, por todos os membros da Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^o Ms. Leonardo Antonio Cisneiros Arrais, Orientador. Nota_____

Prof.^o Dr.^o Daniel Figueiredo de Oliveira. Nota_____

Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. Nota_____

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

M539d Mendonça, Maria Carolina Lins

Dos limites da habitação à liberdade do habitar: uma
análise de gênero da provisão habitacional do Programa PAC-
Beberibe / Maria Carolina Lins Mendonça. – 2018.
52 f. : il.

Orientador: Leonardo Antonio Cisneiros Arrais.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Sociais) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de Ciências Sociais, Recife, BR-PE, 2018.
Inclui referências.

1. Política pública 2. Política habitacional 3. Mulheres 4. Relações
Humanas 5. Habitação 6. Saneamento doméstico I. Arrais,
Leonardo Antonio Cisneiros, orient. II. Título

CDD 300

Ao meu avô, que, por entre as estrelas,
me ensina a importância de ser feliz a
cada dia.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma monografia não é um trabalho solitário e, apesar de ter dado tudo de mim em cada projeto que me comprometi a realizar, eu nunca realizei nada sozinha. Sempre estive cercada de pessoas igualmente dedicadas e envolvidas.

Este trabalho, especialmente, é resultado de um esforço coletivo. De pessoas que escolheram trilhar suas vidas junto à minha e fazer dela, ou da nossa, já que somos coletivo, um lugar de afeto, reconhecimento e companheirismo. Por isso, dedico este espaço para expressar a minha eterna gratidão.

À Mainha e Gabi, pela presença sempre paciente, pela escuta ativa, por me permitirem ser e serem, por mim: casa.

A Tiago e Helen, por compartilharem comigo a responsabilidade de construir um mundo melhor para Lucas e ensiná-lo a ser melhor para o mundo.

À minha família, por me apoiar e me fazer sentir sempre: querida e amada.

Aos queridos amigos, Olavo e João, pelas palavras sempre certas e por me ensinarem que viver é motivo de celebração.

À Leta, seu amor e cuidado ajudaram a formar a mulher que sou hoje.

Ao professor Daniel Figueiredo, pelas orientações, pelo acolhimento e pelas lições, que não se limitaram apenas à escrita e às temáticas estudadas, mas que se estenderam na construção de uma relação de confiança e autonomia. Por me ensinar a ter segurança no que já construí até aqui e por mostrar que posso ir além, sempre respeitando e valorizando a minha perspectiva, saberes e desejos para a pesquisa.

Ao professor Leonardo Cisneiros, pelos *feedbacks* instigantes, pelo apoio e incentivo, por me mostrar uma vasta gama de caminhos e opções teórico-metodológicas e por preservar, na escrita de minha pesquisa, um compromisso social com a cidade.

Aos meus professores da graduação, pelos incentivos e infinitas contribuições à minha formação.

Aos meus amigos, Danilo e Bia, por entenderem que estive ausente, muitas vezes, por estar concentrada na concretização dessa meta.

Aos amigos de turma, como Jan um dia verbalizou: somos daqueles que

acreditam que todo conhecimento do mundo é inútil quando se é arrogante e que sistematizar informações na cabeça não é, necessariamente, ser inteligente. Por hora, sabemos que sentir o outro, como ele é, e reconhecer o que está ao nosso redor, já são um bom começo. À Maria, Caio, Jan, João e Takeshi, trilhar esse caminho foi mais alegre e bonito com vocês.

Às Professoras Rosário Andrade e Alessandra Uchôa, por todo o carinho e apoio em nossas pesquisas.

À Eliane e Aline, pelas conversas, pelas escutas e pelos saberes compartilhados.

Às queridas companheiras de estágio, Fabi, Dani e Sissi, vocês são um lindo exemplo de amizade e de profissionalismo, que sorte a minha tê-las como referência em minha prática profissional.

Às mulheres, sujeitos da pesquisa, nada me orgulha mais do que o caminho trilhado cotidianamente nesta pesquisa, fundamentado numa relação de empoderamento mútuo.

A todos, minha sincera gratidão.

*Me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram
antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem
depois de mim
possam ver além
- legado*

Rupi Kaur, em *O que o sol faz com as flores*.

RESUMO

O presente estudo busca analisar o processo de implementação do Programa de Saneamento Integrado da Bacia do Beberibe, PAC-Beberibe, considerando a provisão habitacional construída no âmbito desse Programa (o Conjunto Residencial Governador Miguel Arraes), a partir das relações sociais de gênero. Objetivamos, pois, (1) depreender os elementos que influenciam a relação da mulher com o habitat, (2) analisar o contexto no qual ocorre a realização do habitar das moradoras do referido residencial, e, por fim, (3) verificar se a política habitacional implementada contribui para a diminuição das desigualdades de gênero. Para tanto, o estudo comporta a adoção da abordagem qualitativa e o enfoque teórico de gênero para a compreensão de seu objeto. Com o intuito de alcançar os objetivos propostos e de garantir maior confiabilidade a nossa investigação, através da triangulação de dados e de resultados, foram utilizados os instrumentos da observação participante, da análise documental e bibliográfica, além de entrevistas semiestruturadas com seis beneficiárias do Programa. Tais dados foram tratados à luz dos conceitos de gênero (SCOTT, 1989) e de habitar (HEIDEGGER, 2008), bem como tomando como base os indicadores de monitoramento elaborados pela Relatoria do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada. Nossas análises apontaram, dentre outros resultados, que, na visão das beneficiárias do programa, as estratégias de ação do PAC-Beberibe em nada contribuem para reduzir, no campo do desenvolvimento territorial, as desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres. Os achados desta pesquisa podem contribuir, portanto, para a construção de reflexões mais aprofundadas acerca da complexidade que envolve a relação entre gênero e políticas públicas, bem como na oferta de um aporte científico relevante à formulação de políticas habitacionais que considerem o caráter indissociável entre o *construir*, o *habitar* e o *pensar*, considerando as relações de gênero.

Palavras- chave: PAC-Beberibe; Gênero; Habitar; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the implementation process of the Beberibe Basin Integrated Sanitation Program (PAC-Beberibe), considering the housing provision built within this program (The Residential Complex Miguel Arraes), based on the social gender relations. Therefore, we aim to (1) understand the elements that influence the relation between women and habitat, (2) analyze the context in which occurs the dwelling realization of the dwellers in the residential complex and, finally, (3) to verify if the implemented housing policy contributes to the reduction of gender inequalities. Thereunto, the study involves the adoption of the qualitative and theoretical approach of gender to the understanding of its object. In order to achieve the proposed objectives and to guarantee greater reliability of our research, through the data triangulation and results, the instruments of participant observation, documentary and bibliographic analysis were used, as well as semi-structured interviews with six beneficiaries of the Program. These data were treated through the concepts of gender (SCOTT, 1989) and dwell (HEIDEGGER, 2008) as well as based on the monitoring indicators developed by the UN Human Rights Council Rapporteur on the Right to Adequate Housing. Our analyzes pointed out, among other results, that in the beneficiaries of the program perspective the PAC-Beberibe action strategies do nothing to reduce, in the field of territorial development, the social inequalities faced by women. The results of this research may therefore contribute to the construction of more in-depth reflections about the complexity of the relation between gender and public policies, as well as provisioning a relevant scientific contribution to the formulation of housing policies that consider the inseparability among to build, to dwell and to think, considering gender relations.

Keywords: PAC-Beberibe; Gender; Dwell; Public Policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1 - Aspectos relevantes na construção espacial do tema	16
1.1 A indissociável relação entre o ser e o mundo	16
1.2 Espaço: um objeto de estudo das ciências sociais	17
1.3 Contexto geográfico e social da provisão habitacional do Programa PAC-Beberibe	19
Capítulo 2 - Construindo um olhar sobre a mulher no espaço público.....	25
2.1 Gênero: marcador social da diferença e instrumento de análise	25
2.2 As desigualdades e a violência de gênero	26
2.3 O espaço, as mulheres e a violência de gênero	29
Capítulo 3 - O processo metodológico da pesquisa	32
3.1 A estruturação da pesquisa.....	32
3.2 Os instrumentos de pesquisa	33
3.3 Os sujeitos da pesquisa	35
3.4 A estrutura do roteiro de entrevista.....	35
3.5 A análise dos dados: como as mulheres habitam?	38
3.5.1 A observação participante sob o olhar da <i>flâneuse</i>	38
3.5.2 Análise das entrevistas	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Este estudo desenvolve-se a partir do interesse em compreender o processo de implementação do Programa de Saneamento Integrado da Bacia do Beberibe, o PAC-Beberibe, analisado de modo mais específico no tocante à sua proposta de provisão habitacional. O governo federal lançou, em janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, instituído com o objetivo de aquecer o desenvolvimento econômico através de investimentos em infraestrutura urbana e social, além de buscar retomar a centralidade do Estado como indutor de investimentos e condutor da política urbana (BRASIL, 2009).

O documento de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento institui sete eixos orientadores de suas políticas, são eles: estímulo ao crédito e ao financiamento; investimento em infra-estrutura; consistência fiscal; desoneração e administração tributária; melhora do ambiente de investimento e medidas fiscais de longo prazo (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2007). Assim, estabeleceu-se como um programa de investimentos econômicos, tendo como cerne e objetivo implementar ações de modernização infraestrutural e possibilitar a ampliação de investimentos privados.

Entre os elementos constituintes do PAC, está um programa de viés social, que prioriza a Urbanização de Assentamentos Precários, estipulando investimentos no setor de habitação de interesse social. Na tentativa de diminuir o déficit habitacional brasileiro e de urbanizar assentamentos precários, o PAC prevê, também, a destinação de recursos para a construção de Conjuntos Habitacionais, uma vez que, para dar início à implementação de infraestrutura urbana e social, faz-se necessário o remanejamento e a remoção das famílias beneficiárias do programa da área de intervenção de seus projetos.

Nesse sentido, o objeto desta pesquisa, o PAC-Beberibe, constituiu-se como um grande desafio analítico e metodológico. O primeiro deles, ponto de inflexão da pesquisa, foi trabalhar com o tema do habitar, o seu contexto histórico-social e a sua inserção na problemática urbana. Ainda nesta introdução retornaremos aos desafios metodológicos e as escolhas analíticas

da presente pesquisa, mas antes será aberto um espaço reflexivo para a contextualização conceitual do habitar.

Segundo Segaud (2016), os estudos sociológicos, desenvolvidos no intuito de avaliar os resultados da arquitetura moderna, apontam os conjuntos habitacionais como frutos do movimento modernista, que orientou as políticas de habitação e de urbanização, priorizando o atendimento às demandas de produção de moradias em larga escala, relacionadas à onda crescente de urbanização, industrialização e racionalização do espaço.

Desse ponto nasce a nossa problemática. De acordo com Yory (2007), a herança do paradigma tecnoindustrial, guiado por parâmetros racionalistas e positivistas, consolidou o projeto moderno: conhecer o mundo para dominá-lo. Negligenciando, principalmente, o problema de habitá-lo. Nessa perspectiva, faz-se necessário recordar que o tema da relação do ser com o mundo é tão antigo quanto a própria existência humana, na medida em que não podemos falar de seres humanos sem um horizonte que os circunscrevam.

Assim, tendo como base os escritos de Yory (2007), nos deparamos com o seguinte desafio: o tema da habitação não pode ser pensado desde uma perspectiva positivista, racionalista ou utilitária, visto que

habitar é, em determinado espaço e tempo, traçar uma relação com o território, atribuindo-lhe qualidades que permitam que cada um se identifique. Habitar é um fato antropológico, isto é, diz respeito a toda a espécie humana, é um “traço fundamental do ser” (HEIDEGGER, 1958). Expressa-se por meio de atividades práticas em objetos móveis e imóveis; aprende-se pela observação e pela linguagem (a palavra do habitante). Habitar não se declina da mesma maneira conforme as épocas, as culturas, os gêneros, as idades da vida; a habitação é profundamente marcada por essas diferentes dimensões e apresenta uma diversidade que apenas uma história poderia relatar. (SEGAUD, 2016, p. 97)

Aqui, utilizamos como alicerce teórico o pensamento heideggeriano, que possui como elemento central o conceito de ser-no-mundo. Para Heidegger (2008), compreender o fenômeno do habitar revela a essência de nosso existir. Segundo o autor, habitar é a própria condição em que o ser se encontra no mundo. Contudo, o habitar não se reduz a possuir uma residência.

De fato, o reflexo do pensamento positivista no planejamento urbano reflete incisivamente nas políticas de habitação ao negligenciar e racionalizar a dimensão do habitar, reduzindo-o ao microespaço vinculado a casa. Heidegger (2008) nos instiga a refletir:

parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta. Mas nem todas as construções são habitações. [...] Considerando-se a atual crise habitacional, possuir uma habitação é, sem dúvida, tranquilizador e satisfatório; prédios habitacionais oferecem residência. As habitações são hoje bem divididas, fáceis de se administrar, economicamente acessíveis, bem arejadas, iluminadas e ensolaradas. Mas será que as habitações trazem nelas mesmas a garantia de que aí acontece um habitar? (HEIDEGGER, 2008, p. 125-126)

Destarte, o eixo orientador da presente investigação baseia-se no seguinte questionamento: para as mulheres beneficiárias do Programa PAC-Beberibe, a realocação de suas famílias no Residencial Governador Miguel Arraes ofereceu as condições necessárias para a realização plena do *habitar*?

Arriscando uma resposta à interrogação de Heidegger e ao problema de nossa pesquisa, partimos da hipótese de que o Programa de Aceleração do Crescimento, enquanto uma política de herança positivista, funcionalista e reducionista, não fornece as condições necessárias para a realização do *habitar* no sentido *heideggeriano* do termo. Pois, como afirma Lefebvre (2001), "os novos conjuntos serão marcados por uma característica funcional e abstrata: o conceito de *habitat* levado à sua forma pura pela burocracia estatal" (p. 26).

Nesse sentido, buscamos analisar o habitar, a partir de uma política concreta de provisão habitacional, fugindo de perspectivas que encerrassem tal problemática nela mesma, mas relacionando o debate proposto com a dimensão histórica dos processos gerais de urbanização, seus impactos políticos, econômicos e sociais; e por fim, ressaltando a capacidade de diálogo com outros campos teóricos, especialmente com a antropologia e com a sociologia.

Retomando aos desafios metodológicos e as escolhas analíticas presentes neste estudo, esta investigação tem por iniciativa associar a análise da provisão habitacional construída no âmbito do PAC-Beberibe utilizando, ainda, outra categoria analítica: as relações sociais de gênero. Estas, por sua vez, serão consideradas como agentes estruturantes na construção do espaço.

Todavia, se o habitar é uma categoria de análise universal e o direito à moradia é um direito humano. Por que analisá-los apenas da perspectiva do gênero feminino? Reconhecemos, a histórica e cultural ligação das mulheres com o espaço doméstico. Visto que, tradicionalmente, a divisão sexual do

trabalho, atribuiu às mulheres a responsabilidade exclusiva sobre a manutenção do espaço privado, a casa, e pelo cuidado dos filhos. Partimos, pois, do pressuposto de que vivemos em uma sociedade patriarcal, onde homens e mulheres possuem relações qualitativamente distintas com o *habitar* e com a inserção no espaço urbano.

Nesse sentido, estamos interessados, aqui, em: 1) depreender os elementos que influenciam a relação da mulher com o habitat; 2) analisar o contexto no qual ocorre a realização do habitar das beneficiárias do referido programa; 3) verificar se a política habitacional implementada contribui para a diminuição das desigualdades de gênero.

O interesse por esse tema justifica-se, também, pela escassez de trabalhos antropológicos que abordem diretamente a relação da experiência feminina com o habitat, acreditamos, pois, na contribuição que esta investigação pode trazer para tal discussão. A busca por construir reflexões mais aprofundadas acerca da complexidade que envolve esse tema poderá proporcionar o aporte científico necessário à formulação de políticas habitacionais que considerem o caráter indissociável entre construir, habitar e pensar.

Destarte, para um melhor entendimento do tema proposto, iniciaremos este estudo buscando compreender como se fundamenta a relação entre o ser e o espaço, a fim de, em seguida, desenvolver as possibilidades de análise espacial a partir do enfoque teórico de gênero.

Capítulo 1

Aspectos relevantes na construção espacial do tema

1.1 A indissociável relação entre o ser e o mundo

Nesta investigação, buscamos refletir sobre o tema do habitar, em seu caráter filosófico, desde uma política concreta de infraestrutura e habitação: o PAC-Beberibe. Primeiramente, é importante pontuar que o tema da habitação humana, aqui proposto, não se reduz à construção de um modelo abstrato de verificação, mas ao arranjo de categorias que nos permitem compreender a inseparável relação entre o ser e o mundo.

Para isso, precisamos estabelecer em que consiste tal inseparabilidade. Segundo Heidegger (1988), o ser é no mundo e a circumundandade em que se insere confere sentido ao ser, isto é, a circumundandade é um elemento essencial ao que somos. O mundo, para o autor, é a estrutura de realização do ser, pois o ser que existe, o Dasein, é um ser-no-mundo. A respeito disso, Heidegger (2008) escreveu:

[...] o Dasein não apenas tem, de certo modo, uma ligação com o mundo também articulada consigo mesmo; ao contrário, a ligação com o mundo é um traço essencial do Dasein mesmo e, por que não dizer, é a sua constituição essencial marcante. Dasein não significa nada senão ser-no-mundo. Quando dizemos Dasein e não estamos apenas enunciando uma palavra, mas compreendemos o que temos efetivamente em vista, já visamos ao ser-no-mundo. Por isso, não faz sentido perguntar se e como o Dasein, que como tal é ser-no-mundo, possui uma relação com o mundo. Tanto mais urgente é perguntar o que significa ser-no-mundo (HEIDEGGER, 2008, p.324-325).

Desse modo, o tema do habitar, em seu profundo sentido, não finda em mera reflexão filosófica, todavia, diz respeito, fundamentalmente, à construção de espaços sensíveis para a realização do ser. Assim, o conceito de circumundandade, marcante no pensamento heideggeriano, cobra uma espacialidade material para a compreensão de onde o ser se realiza. A reflexão filosófica se insere, pois, em contextos sócio-culturais concretos e busca compreender suas possíveis implicações na forma de construir e de transformar espaços de habitação.

Nessa perspectiva, falar da existência humana é falar sobre o espaço em que esta se insere, lugar onde sua existência adquire sentido. Logo, entendemos que, ao elaborar uma política de habitação, é necessário considerar o espaço a ser construído como o próprio horizonte de sentido da existência humana e o

entendimento subjacente da relação entre o ser e o lugar em que habita.

Contudo, as formas de habitar variam de acordo com os distintos grupos humanos, pois cada um deles possui uma maneira singular de se relacionar com o espaço. Por tal motivo, compreender a forma de ser dos distintos grupos resulta em um caráter imprescindível para as políticas habitacionais, se estas objetivarem construir efetivas formas de habitar no mundo.

Desse modo, a fim de contextualizar o sentido de habitar para os partícipes desta pesquisa, buscamos articular o recorte de gênero e o espaço, pois partimos do pressuposto de que o ser mulher institui condicionalidades específicas ao próprio estar no mundo. Assim, no tópico subsequente, objetivamos compreender como está estabelecida a proposta de provisão habitacional do PAC-Beberibe, por entendê-lo enquanto materialidade espacial na qual se inserem as mulheres, sujeitos desta pesquisa.

1.2 Espaço: um objeto de estudo das ciências sociais

De acordo com Silvano (2010), o espaço surge, nas obras de alguns autores da Antropologia Clássica, especialmente nas de Durkheim e Mauss, de modo mais ou menos explícito, como objeto das ciências sociais. Tais autores não elegeram o espaço como o cerne de suas pesquisas e investigações, mas construíram um arcabouço conceitual e metodológico no qual foi possível, posteriormente, o aparecimento do espaço, enquanto objeto autônomo das ciências sociais. Para a autora,

se os seus trabalhos permitiram desde logo definir a especificidade do espaço enquanto realidade social, afirmando o laço indissociável que este estabelece com a sociedade que o habita, a riqueza dos estudos produzidos conduziu ainda à definição de duas construções conceptuais e metodológicas que ainda hoje podem ser tidas como referência: o espaço pensado como representação e o espaço pensado como realidade material. (SILVANO, 2010, p.14)

Assim, a partir dos estudos desenvolvidos pelos autores da antropologia clássica, verifica-se a emergência do espaço nas investigações das ciências sociais. Todavia, avançando historicamente, é na França, na segunda metade do século XX, que o objeto *espaço* passa a ser considerado categoria de análise antropológica, influenciado pelo surgimento da sociologia urbana, nascida em Chicago.

Os sociólogos catedráticos da Universidade de Chicago inauguraram um novo campo de análise sociológica, a Sociologia Urbana, particularizado pelo método empírico de realizar pesquisas. Inseridos no contexto de rápida urbanização e crescimento demográfico de Chicago, como consequência do desenvolvimento industrial norte-americano, no início do século XX, os problemas sociais surgiram à proporção do enraizamento do período industrial. O aumento da criminalidade, a prostituição, a pobreza, a formação de gangues, a imigração e, por conseguinte, o aparecimento de comunidades segregadas (guettos) transformaram-se, pois, nos principais objetos de pesquisa dessa escola sociológica.

Por outro lado, para Segaud (2016), na França, a antropologia do espaço se propunha a investigar as maneiras segundo as quais a relação dos seres humanos com o espaço se estabelece, em todas as possíveis conjunturas, não apenas no contexto urbano. Segundo a autora, a antropologia do espaço, desenvolvida na França, acompanhou o movimento pós-moderno e “formalizou o encontro entre ciências sociais, espaços construídos e arquitetura” (SEGAUD, 2016, p. 41). Essa forma antropológica de estudar o espaço busca evidenciar o que há de comum a todos, o caráter universal do habitar.

A antropologia do espaço, assim como a sociologia urbana, é oriunda de um contexto singular. De acordo com Segaud (2016), essa perspectiva antropológica emerge em resposta à arquitetura moderna, à construção de moradia de massa e à sociedade capitalista e burocrática, nas quais “o indivíduo como tal é pouco considerado” (p. 41). A arquitetura da década de 1950 concebia o espaço enquanto tábula rasa, menosprezando o contexto cultural de sua inserção, isto é, estabelecendo que o mesmo projeto arquitetônico poderia ser construído em Paris, no Rio ou em Luanda.

Assim, a antropologia do espaço surge como um recurso crítico. Por quê? Porque se propõe a ressaltar, nesse contexto, o cidadão, o habitante, o beneficiário, e o coloca em confronto com o espaço construído, objeto de reflexão. Um confronto recíproco, que ocorre tanto sob a perspectiva do habitante face ao espaço construído quanto do espaço construído face ao habitante, buscando, em um primeiro momento, compreender a demanda social e melhor formulá-la em políticas e projetos arquitetônicos.

A antropologia põe em xeque o saber técnico da arquitetura, ao questionar, por exemplo: o que de fato produzem, os arquitetos, quando produzem o espaço? Quais relações sociais os dispositivos técnicos e espaciais engendram? E o que os habitantes podem construir com os espaços que lhes foram destinados?

Nesse sentido, a antropologia do espaço objetiva estudar a articulação entre o social e o espacial, por entender o espaço como elemento da estrutura social, pois este é apreendido, vivenciado e representado de maneiras distintas por diversas sociedades, e não um conteúdo vazio, abstrato e universal, uma tábula rasa.

Destarte, no tópico subsequente, debruçamo-nos em compreender como está estabelecida a proposta de provisão habitacional do PAC-Beberibe, por entendê-la como materialidade espacial a ser construída e habitada por nossos sujeitos.

1.3 Contexto geográfico e social da provisão habitacional do Programa PAC-Beberibe

A Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe, ao longo dos anos, tem sido um recorrente cenário para a formulação e a realização de sucessivos planos, projetos e ações nas áreas de saneamento básico, deslizamentos de encostas, controle de enchentes, habitação de interesse social, entre outros. Isso porque, segundo os dados da Secretaria de Infraestrutura¹ (2012), do Governo do Estado de Pernambuco,

a área da Bacia do Rio Beberibe apresenta hoje uma população total que se aproxima dos 590 mil habitantes distribuídos ao longo de seu pequeno território, transformando-a em uma área predominantemente urbana e de alta densidade demográfica, com cerca de 7.300 hab/km². Registra a maior concentração de assentamentos de baixa renda da RMR, espalhados em áreas de risco, em morros e alagados e apresenta os menores índices de atendimento em infra-estrutura urbana. O Rio Beberibe, situado na Região Metropolitana do Recife, é um dos mais poluídos do Estado de Pernambuco, em decorrência do déficit de saneamento básico de Olinda e Recife e tem seu curso comprometido pela ocupação informal das encostas que o margeiam. [...] os assentamentos precários instalados em encostas e nas margens do rio, contribuem decisivamente para a contaminação de suas águas

¹ Disponível em:

<http://www.sirh.srh.pe.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=417>

Acesso em 18 de julho de 2018.

e aumento de doenças de veiculação hídrica devido à falta de saneamento básico.

Nesse contexto, o projeto intitulado Programa de Saneamento Integrado da Bacia do Beberibe, PAC Beberibe², realizado pela Prefeitura do Recife, por intermédio da Secretaria de Saneamento, com investimento do Governo Federal, foi lançado no ano de 2007 e prevê a execução de obras de saneamento e a construção de 16 (dezesesseis) conjuntos habitacionais.

Aqui, faz-se necessário pontuar que a proposta de construção de infraestrutura urbana e social, prevista no PAC, engloba investimentos concedidos pelo governo federal e a execução, a nível estadual e municipal, de projetos de habitação e saneamento. Segundo Maricato (2015),

o PAC se destina a financiar a infraestrutura econômica (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e toda a infraestrutura de geração e distribuição de energia) e a infraestrutura social (água, esgoto, drenagem, destino do lixo, recursos hídricos, pavimentação). Ele federalizou o Programa de Urbanização de Favelas: finalmente o governo federal no Brasil reconhecia a cidade ilegal e o passivo urbano, buscando requalificar e regularizar áreas ocupadas ilegalmente. Muitos bairros pobres de um universo gigantesco passaram por projetos de recuperação urbanística, elevando a condição sanitária e de acessibilidade, entre outras. (MARICATO, 2015, p. 37)

Desse modo, de acordo com o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), previsto no PAC-Beberibe, as áreas de intervenção³ e de influência das ações de urbanização e saneamento impactam a vida de 29.928 famílias, residentes no entorno do projeto. Desse total, 2.655 famílias serão realocadas em Conjuntos Habitacionais, conforme a localização de sua moradia, objetivando a manutenção dos vínculos sociais e comunitários.

² Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/obra/25221> > Acesso em 10 de janeiro de 2018.

³ Os bairros de Beberibe, Arruda, Água Fria, Peixinhos, Campina do Barreto, Fundão, Porto da Madeira, Linha do Tiro, Nova Descoberta, Dois Unidos e Passarinho são incluídos nas obras previstas pelo PAC.

R06	Rua Guarajá, Bairro Linha do Tiro, UE19	2.947,02m ²	64	Apartamentos
R12	Rua Professor José Amarino dos Reis, Bairro Linha do Tiro, UE19	19.655,10m ²	224	Apartamentos
R13⁴	Rua Pereira Barreto, Bairro Passarinho, UE02	18.080,90m²	304	Casas
R14	Rua Cortêz, Bairro Porto da Madeira, UE19	2.885,39m ²	96	Apartamentos
R16	Avenida Beberibe, Bairro Porto da Madeira, UE19	1.849,14m ²	27	Casas
R17	Avenida Beberibe, Bairro Porto da Madeira, UE19	1.984,19m ²	35	Casas
H03	Rua das Moças, Bairro Arruda, UE20	10.515,32m ²	320	Apartamentos
H05	Rua Manoel Silva, Bairro Água Fria, UE21	2.736,77m ²	40	Casas
H07	Rua Pastor Israel Ferreira, Bairro Água Fria UE20	3.832,82m ²	54	Casas
H08	Rua Marquês de Baipendi, Bairro Campo Grande, UE22	2.046,43m ²	65	Casas
H11	Rua Expedicionário Jamil Dagli, Campina do Barreto, UE20	1.667,71m ²	31	Casas
H12	Rua Marquês de Baipendi, Bairro Campo Grande, UE21	2.113,64m ²	31	Casas
H13	Rua Capitão Brás, Bairro Beberibe, UE21	4.274,54m ²	69	Casas
H19	Rua Zeferino Agra, Bairro Arruda, UE20	4.622,77m ²	128	Apartamentos

Fonte: Secretaria de Saneamento – Prefeitura do Recife (grifo da autora)

Em vista disso, o território escolhido para a realização desta pesquisa foi o Conjunto Residencial Governador Miguel Arraes (R13), localizado no Bairro de Passarinho⁵, o qual possui mais de 20 mil habitantes e, assim como toda a área de intervenção do projeto, apresenta muitos problemas infraestruturais.

No Conjunto Residencial aqui estudado, está prevista a construção de 304 unidades habitacionais. As habitações de tipologia padrão possuem a

⁴ O recorte territorial escolhido para a realização desta pesquisa é o Conjunto Residencial R13, também conhecido como Residencial Governador Miguel Arraes.

⁵ Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/passarinho>> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

mesma planta, com 46,96m² repartidos em dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço integrada. O projeto recentemente entregou a sua 8ª etapa, totalizando 254 (duzentas e cinquenta e quatro) famílias reassentadas até o momento.

FOTOGRAFIA 01: 8ª etapa do Res. Gov. Miguel Arraes



Fonte: Andréa Rêgo Barros/Prefeitura da Cidade do Recife⁶

Diante do acima exposto, apresentaremos uma investigação sobre o habitar, utilizando o recorte de gênero como estratégia de compreensão desse fenômeno, tendo o referido conjunto habitacional como condição espacial para sua realização.

Assim sendo, os contornos da habitação construída no âmbito do referido Programa estabelecem as condições objetivas para a realização do ser, no sentido heideggeriano. Não obstante, faz-se necessário pontuar que o termo "construir", para Heidegger, articula-se diretamente ao habitar, pois, revela o autor: "construir significa originalmente habitar" (2008, p. 127).

Nesse sentido, em sua obra *A Poética do Espaço*, Gaston Bachelard (1978) busca compreender a relação entre o ser humano e o espaço, a partir da ligação metafísica do indivíduo com a sua própria casa. Para Bachelard (1978),

é preciso dizer então como habitamos nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num "canto do mundo". Pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz freqüentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo (BACHELARD, 1978, p. 200)

⁶ Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/10/11/2017/pac-beberibe-segue-transformando-realidade-da-zona-norte-do-recife>> Acesso em 18 de julho de 2018.

A casa, nesse sentido, é onde, primeiramente, a percepção do espaço se concretiza, não só através da experiência sensível vivida nela, mas por ser o primeiro espaço de pertencimento, o espaço vivenciado. Por isso, o espaço de habitação ora investigado, a casa, possui forte valor simbólico. Todavia, a noção escalar vinculada a casa não é capaz de conter as possibilidades do ser-no-mundo, pois o habitar está para além das fronteiras da habitação. A habitação, portanto, é a condição fundamental para o ato de habitar, embora este ato não se restrinja aos contornos espaciais.

É nesse sentido que se configura o recorte de gênero empreendido neste estudo. Sob qual contexto as mulheres habitam a casa e o mundo? Para entender os impactos da reformulação do espaço de habitação na vida das beneficiárias do Programa PAC-Beberibe, é preciso, antes, entender a maneira como estas mulheres se relacionam com o mundo e através dele, o recorte específico que o gênero faz em suas vidas.

Capítulo 2

Construindo um olhar sobre a mulher no espaço público

2.1 Gênero: marcador social da diferença e instrumento de análise

Neste estudo, sobre o habitar, nos propomos a fundamentar análises espaciais a partir do enfoque teórico de gênero, por entender sua relevância como agente central na construção do espaço. Em vista disso, faz-se necessário demarcar a importância que o recorte de gênero assume no decorrer da pesquisa. Segundo Auad (2006), as visões naturalizadas sobre os comportamentos feminino e masculino promovem desigualdades e fomentam relações de poder que prejudicam e atingem principalmente as mulheres:

quando começamos a considerar as relações de gênero como socialmente construídas, percebemos que uma série de características consideradas “naturalmente” femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. Essas relações vão ganhando a feição de “naturais” de tanto serem praticadas, contadas, repetidas e recontadas. Tais características são, na verdade, construídas, ao longo dos anos e dos séculos, segundo o modo como as relações entre o feminino e o masculino foram se engendrando socialmente. (AUAD, 2006, p. 19)

Os comportamentos e as práticas, antes tidos como naturalmente femininos ou masculinos, eram justificados a partir de explicações fundamentadas em diferenças biológicas. Após os avanços decorrentes do movimento e da teoria crítica feminista, tal perspectiva, e os modelos impostos, passaram a ser questionados no debate público, nos diversos níveis sociais, tais como na esfera governamental e acadêmica, por exemplo, levantando questões relacionadas às discriminações e às desigualdades, denunciadas a partir da ótica da categoria analítica *gênero*.

Todavia, como mencionado anteriormente, se o habitar é uma categoria universal, por que nos propomos a estudá-lo apenas sob a perspectiva do gênero feminino e de suas vivências? Reconhecemos, aqui, que as mulheres possuem uma forma distinta de se relacionar com a moradia e, para aprofundarmos a compreensão dessa realidade, os conceitos de gênero e de violência de gênero são fundamentais. Neste estudo, por sua vez, constituem-se como essenciais ao alcance dos objetivos da pesquisa.

De acordo com Scott (1995), *gênero* “é um primeiro modo de dar significado

às relações de poder” (p.86). Concordamos com a autora, ainda, quando esta afirma que tal conceito foi criado para se opor a um determinismo biológico nas relações, sendo “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (p.86), e, portanto, dando-lhes um caráter fundamentalmente social.

Nesse sentido, compreendemos que o conceito de gênero⁷ trouxe à luz as desigualdades sociais e culturais geradas a partir das relações de poder. Aqui, pois, partimos do pressuposto de que vivemos em uma sociedade patriarcal, onde homens e mulheres possuem relações qualitativamente distintas com a moradia e com a inserção no espaço urbano.

2.2 As desigualdades e a violência de gênero

Produzir uma investigação sobre o habitar na perspectiva das mulheres pressupõe a reflexão sobre a complexidade e a pluralidade de fatores que influenciam o tema. Assim, pois, é fundamental entender o gênero como uma categoria analítica e, concomitantemente, política e social, dado que, na medida em que este estrutura socialmente relações de poder entre os sexos, reflete-se, à mesma proporção, espacialmente. Devido a isso, é essencial o exercício de sistematizar as ideias sobre ser mulher no espaço urbano.

Até recentemente⁸, as generalizações sobre a condição humana, principalmente no tocante aos aspectos sociais, eram elaboradas com base na experiência masculina e, por muito tempo, as ciências sociais ignoraram sistematicamente a variável gênero como um elemento de diferenciação social, negligenciando ao debate o contexto singular no qual se inserem as mulheres. (KELLER, 2009). Conforme Ferreira (2005),

no campo da violência contra a mulher, contudo, as nossas maiores dificuldades são, ainda, a escassez de informações e de estudos sobre

⁷Conforme anteriormente apresentado, o conceito de gênero utilizado nesta pesquisa está fundamentado em Joan Scott, o qual afirma que a percepção do gênero é parte de um sistema simbólico que permite a diferentes sociedades classificar, diferenciar e hierarquizar não apenas homens e mulheres, mas instituições, ações sociais, elementos da natureza, ocupações, etc. Portanto, conduz-nos a observar as referências e o poder explicativo do gênero em contextos em que as questões, por exemplo, da sexualidade, da reprodução e da família não são aparentemente centrais (SCOTT, 1989).

⁸ Para Scott (1989), “este uso do “gênero” é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980” (p. 6).

a sua prevalecência e as suas conseqüências na vida das mulheres, sobre suas possibilidades de autonomia e vida digna, e, especialmente, a partir de uma perspectiva feminista. (FERREIRA, 2005, p. 180)

Segundo Calió (1997), o princípio da neutralidade, herança positivista ainda presente nas ciências sociais, vem sendo questionado pelos estudos de gênero, uma vez que desafia o androcentrismo, tão presente na pesquisa científica. Nesse sentido, figuram boa parte das descrições, dos métodos e das análises nas ciências modernas.

Destarte, para analisar as relações sociais de gênero como parte de um modelo cultural, que estrutura espacialidades, faz-se necessário contextualizar historicamente o debate. Para Castro (2000), há pelo menos dois vieses analíticos. O primeiro, já apresentado no tópico anterior, diz respeito à construção social do gênero e problematiza o determinismo biológico como fator estruturante das desigualdades e das relações de poder estabelecidas entre os sexos.

O segundo viés de análise, por sua vez, baseia-se no materialismo histórico, de Engels e Marx, por entender o gênero como um aspecto de análise histórica das desigualdades sociais, mas sem dissociá-lo das condições materiais objetivas de existência. Segundo Araújo (2000),

produção e reprodução constituem, assim, um único processo [...] Tais processos se realizam via sujeitos sociais sexuados, os quais, através de suas práticas e interações com vistas à reprodução social e da espécie, dão origem a instituições, também históricas, como, por exemplo, a família. Este enfoque contribuiu para o entendimento de que as relações sociais, inclusive as que se desenvolvem entre homens e mulheres, são construídas, reproduzidas e transformadas, uma vez que a natureza humana não é concebida como algo ontológico e imutável, mas produto das práticas sociais, conflituosas e, muitas vezes, antagônicas (ARAÚJO, 2000, p. 66).

Nesse sentido, as dimensões materiais, subjetivas e simbólicas articulam o contexto no qual se inserem as mulheres. Essa articulação, por sua vez, fez emergir, historicamente, a divisão sexual do trabalho.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os

sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2003, p. 55)

Segundo Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho determina os papéis que cada sexo deve desempenhar socialmente, diz respeito à histórica destinação dos homens à esfera produtiva, de alto valor social agregado, e das mulheres à esfera reprodutiva, dos afazeres domésticos e do cuidado. Por isso, para as mulheres, a casa, o lar, o espaço designado para o habitar possui conotação diferente em relação aos homens, pois, tradicionalmente, este espaço lhe era destinado como "natural".

Contudo, segundo Hirata (2009), as mulheres passam a ter uma maior inclusão no mercado de trabalho, principalmente durante a segunda metade do século XX. Ainda assim, para a autora, é presente no cotidiano feminino a naturalização da responsabilização da mulher com a esfera doméstica, o que resulta em uma dupla jornada de trabalho, ou seja, a mulher é encarregada do trabalho produtivo mercantil e do trabalho doméstico, dos cuidados dos filhos e da manutenção do lar.

Por conseguinte, a inserção das mulheres no mercado de trabalho possibilitou o acirramento entre esses dois mundos: o público e o privado. Sobre essa realidade, os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgados pelo IBGE⁹ no ano de 2013, apontam que as mulheres representam a maioria da população brasileira e assumem inúmeras atribuições, tais como: ocupam progressivamente mais espaço no mercado de trabalho e são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias.

Nesse sentido, é importante pontuar, também, que no universo de famílias beneficiadas pelo Projeto PAC-Beberibe, recorte de nossa pesquisa, 7.745 famílias são chefiadas por mulheres, segundo dados cedidos pela Secretaria de Saneamento da Prefeitura do Recife.

Logo, segundo Kergoat (2003), discutir o tema da divisão sexual do trabalho pressupõe ir além da constatação de desigualdades entre os sexos. É necessário articular a investigação do fato real com a reflexão de como ele

⁹Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em 29 de Novembro de 2017.

hierarquiza as relações sociais.

Nesta seção, explicitamos as razões pelas quais as mulheres são o recorte específico desta pesquisa, através da maneira como o gênero institui distintas formas de ser e, por conseguinte, de se relacionar com o espaço. No tópico a seguir, buscaremos discorrer sobre como as relações de gênero se materializam no espaço urbano, para compreendermos de que maneira a cidade dialoga com a presença feminina.

2.3 O espaço, as mulheres e a violência de gênero

Faz-se necessário ressaltar a importância de relacionarmos a desnaturalização da violência contra a mulher como resultado direto da desconstrução do discurso de que as diferenças percebidas entre os sexos são frutos de diferenças biológicas. Nesse sentido, a compreensão da mulher para além do determinismo biológico fez emergir a noção de que as desigualdades baseadas na condição do sexo, que se constituem desde o universo familiar, são o fundamento de relações de poder e hierarquização (BANDEIRA, 2014). Como afirma Bandeira,

a correlação da violência com a condição de gênero originou-se sob a inspiração das questões e das reivindicações do movimento feminista, a partir de evidências empíricas contundentes. Desde o início dos anos 1970, as feministas americanas denunciavam a violência sexual contra a mulher, porém uma década depois é que esse fenômeno veio a ser apresentado como categoria sociológica e área de pesquisa, cuja configuração mais usada passou a ser violência contra a mulher e se caracterizou como a questão central do movimento feminista nacional. (BANDEIRA, 2014, p. 450)

Ao falarmos sobre a violência de gênero, referimo-nos às ações violentas, físicas, sexuais, psicológicas e/ou morais que atingem as mulheres, nas esferas pública ou privada, e derivam de relações assimétricas de poder. Logo, como exposto nos tópicos anteriores, as visões naturalizadas sobre os comportamentos de homens e de mulheres, ou, os papéis sociais destinados a cada um dos gêneros, promovem desigualdades e fomentam relações de poder que prejudicam e atingem principalmente as mulheres.

Conforme afirmamos anteriormente, o sujeito mulher, ao qual nos

referimos, não é determinado biologicamente, esse sujeito é produto da construção social, o que traz implicações em sua relação com o espaço. Segundo Calió (1997),

a distinção das esferas públicas e privadas, alterando relações sociais entre homens e mulheres, priorizando o mundo público - político e econômico - aos homens e o mundo privado - doméstico e íntimo - às mulheres, sexuoou a cidade. E os estudiosos urbanos tiveram dificuldade em fazer essa nova leitura. Isso implicou na negação da esfera do privado, das atividades domésticas, e mesmo das atividades das mulheres. É o que chamamos de **"invisibilização" das mulheres na multidão urbana**. Elas estão lá, importantes para o cenário mas insignificantes para a cena. (CALIÓ, 1997, p. 4)

Dessa forma, a cidade é um espaço não neutro, que expressa, nas desigualdades sócio-espaciais - explicitadas, por exemplo, nos inúmeros casos de assédio sexual nos ônibus, ou pela cultura do estupro¹⁰ -, relações de poder entre os sexos. Os dados do estudo *Visível e Invisível - A vitimização de mulheres no Brasil*, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo DataFolha¹¹, no ano de 2016, apontam as seguintes informações:

- 76% das mulheres entrevistadas afirmam que a violência contra a mulher aumentou na última década;
- 66% dos brasileiros adultos já presenciaram em seu bairro algum ato de violência contra alguma mulher no último ano.
- Os locais mais comuns onde as vítimas sofreram a violência ou agressão no último ano foram a própria residência (43%) e a rua (39%);
- Entre as mulheres de 16 a 34 anos, 70% foram vítimas de algum tipo de assédio.

É nesse sentido que figura o recorte de gênero empreendido neste estudo. Sob qual contexto as mulheres habitam a casa e a cidade? Esses dados apontam como a violência está diariamente presente no cotidiano feminino; revelam a fragilidade de seus direitos e evidenciam a urgência da discussão das políticas públicas, do planejamento e da gestão do território a

¹⁰ SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. Rev. Estud. Fem. [online]. 2017, vol.25, n.1, pp.9-29. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>> Acesso 02 de agosto de 2018.

¹¹ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Visível e Invisível: A vitimização das mulheres no Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/visivel_invisivel_apresentacao.pdf>. Acesso em 08 dezembro 2017.

partir dos devidos recortes interseccionais¹². Pois,

na perspectiva do feminismo, a violência contra a mulher é a expressão e a causa da subordinação das mulheres na sociedade, agravada pelas demais dimensões da vida social que estruturam as desigualdades como as relações sociais de classe e baseadas na raça. Por outro lado, sofre o impacto direto da subalternidade que os direitos e as políticas para as mulheres têm ainda em alguns setores das políticas públicas, no Estado de Pernambuco. Número considerável de homicídios que atinge as mulheres, nos espaços públicos, poderia ser evitado caso as condições específicas de vulnerabilidade das mulheres fossem consideradas na formulação e execução das políticas de segurança. Medidas fundamentais e básicas, como a ausência de iluminação pública, podem influenciar diretamente nas condições necessárias para o ir e vir sem ameaças. (FERREIRA, 2005, p. 181)

Reconhecemos, aqui, que os estudos de gênero têm contribuído para a desnaturalização e a deslegitimação das práticas de violência contra as mulheres. Todavia, as relações sociais de gênero não compreendem a dimensão total da experiência e da vivência feminina no mundo, é necessário articular a categoria gênero com outras dimensões transversais.

Nesse sentido, Heleieth Safiotti (2009) sustenta a tese de que o gênero não é o único marcador social que influencia a vida das mulheres, somam-se a ele a classe e a raça. Logo, segundo a autora,

mais do que papéis sociais que se aprende nos processos de socialização, são as identidades sociais (gênero, raça e etnia, classe) que vão gestando a subordinação, a partir das experiências vividas que colocam as mulheres nesse lugar. (SAFIOTTI, 2009, p. 82)

Assim, para a Safiotti (2009), a tríade gênero-raça-classe pode engendrar e articular distintas formas de dominação e exploração. Portanto, ao discutirmos sobre a forma como as mulheres habitam os espaços do lar e da cidade, partimos do pressuposto de que este campo é atravessado por relações de dominação, desigualdade e opressão.

¹² A incorporação da interseccionalidade, ou seja, da inclusão dos recortes de raça, de classe social, de sexualidade e de ocupação, revela a conjuntura crítica de vulnerabilidade das mulheres.

Capítulo 3

O processo metodológico da pesquisa

3.1 A estruturação da pesquisa

A presente pesquisa busca problematizar as construções sociais simbólicas e discursivas, produzidas e reproduzidas culturalmente, que atribuem o espaço da casa às mulheres. O espaço doméstico, tido socialmente como "lugar de mulher", determina formas comportamentais distintas do espaço público, historicamente reconhecido como um espaço masculino e de alto valor social agregado. Tal perspectiva engendra, por conseguinte, relações qualitativamente distintas entre o habitar feminino e o masculino.

O fato de intencionarmos articular uma análise do espaço a partir da perspectiva feminina, por entendermos que existem disposições culturais sobre ser mulher no mundo, aproximou-nos da Antropologia. Assim, com base nos estudos de Segaud (2016), acreditamos que a Antropologia, como ciência, deve ampliar suas reflexões sobre as relações sociais de gênero, entendendo-as como parte das práticas sociais que permitem desvelar e evidenciar modelos culturais que sustentam as práticas do habitar.

Todavia, deparamo-nos com uma grande dificuldade metodológica: como medir o habitar das mulheres? Não poderíamos, tampouco intencionávamos fazê-lo. Mas, certamente, poderíamos depreender o contexto no qual ocorre o habitar de nossos sujeitos de pesquisa. Se, para Heidegger (2008), habitar é a própria condição em que o ser se encontra no mundo, o próximo desafio foi, portanto, elaborar um estudo etnográfico que nos auxiliasse a compreender o contexto cultural no qual se inserem as mulheres e as suas implicações no habitar.

Assim, a pesquisa baseia-se na abordagem qualitativa e no enfoque teórico de gênero para a compreensão do seu objeto. A pesquisa qualitativa defende a natureza construtiva do conhecimento, pressupõe a inserção do pesquisador no universo a ser estudado e privilegia a percepção do sujeito em detrimento do fato objetivado (REY, 2005). Como consequência desses

princípios, emerge como elemento fundamental no processo de pesquisa a subjetividade.

A subjetividade social apresenta-se nas representações sociais, nos mitos, nas crenças, na moral, na sexualidade, nos diferentes espaços em que vivemos etc. e está atravessada pelos discursos e produções de sentido que configuram sua organização subjetiva. (REY, 2005, p.24)

Segundo Rey (2005),

a Epistemologia Qualitativa defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que de fato implica compreender o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se nos apresenta. (REY, 2005, p. 5)

Desse modo, optamos por realizar uma pesquisa essencialmente qualitativa, tomando como perspectiva analítica os estudos antropológicos e sociológicos de gênero, fundamentados na teoria feminista. Discutir gênero no presente estudo significa, pois, levar em conta uma multiplicidade de aspectos e subjetividades sociais que conformam as relações de poder entre os sexos, numa tentativa de compreender, em profundidade, o fenômeno aqui exposto.

3.2 Os instrumentos de pesquisa

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos e de buscar a confiabilidade dos achados através da triangulação de dados e de resultados, foram selecionados, como instrumentos metodológicos mais apropriados para o desenvolvimento da presente investigação, a entrevista, a observação participante e a análise documental e bibliográfica.

O levantamento bibliográfico e documental apresentou-se como instrumento para a identificação dos fatores que influenciam a relação da mulher com o espaço e a moradia, presentes na literatura acerca desse tema. Tal instrumento possibilitou mapear e discutir o fenômeno aqui proposto, à luz de categorias previamente elencadas, a saber: divisão sexual do trabalho, violência de gênero e direito à moradia para as mulheres.

Outro importante instrumento aplicado para a coleta de dados foi a observação participante, que possibilitou a percepção de aspectos cotidianos e micro-sociais da realidade urbana, a partir da inserção direta no contexto

espacial que nos propomos investigar. Concordamos com Segaud (2016), quando esta afirma que

é a própria observação que vai evidenciar uma configuração e permitir a classificação e a interpretação. Mas o observador julga a partir de seu espaço de origem, da sua experiência pessoal, e possui suas próprias referências. É a partir da leitura da organização do espaço que o antropólogo vai procurar estabelecer um vínculo com a organização social. Assim, ler o espaço permite uma construção, uma interpretação da sociedade, a descrição de um verdadeiro estado social (SEGAUD, 2016, p. 106).

O olhar crítico, à maneira do flâneur baudelariano, conforme Benjamin (2000) e Ardoino (2003), serviu de guia através da pesquisa de campo, objetivando depreender os elementos que influenciam a relação das mulheres com o espaço e maneira singular que estas possuem de habitar o mundo.

As entrevistas, por sua vez, cumpriram a função de fornecer-nos, através dos indicadores de avaliação estabelecidos, informações essenciais à compreensão do contexto no qual ocorre a realização do habitar das beneficiárias do Programa. Os dados coletados possibilitaram verificar se a política habitacional implementada contribuiu para a diminuição das desigualdades de gênero. Oportunizaram, ainda, aprofundar temas e narrar vivências e subjetividades empíricas relevantes para a investigação (MINAYO, 2009).

Objetivando auxiliar a visualização dos aspectos a serem analisados a partir dos instrumentos propostos, elencamo-los no quadro a seguir:

QUADRO 02: Instrumentos metodológicos e objetivos da pesquisa

Aspectos a serem analisados	Instrumentos de coleta		
	Análise documental	Entrevista	Observação Participante
Depreender os elementos que influenciam a relação da mulher com a moradia	X	X	X
Analisar o contexto no qual ocorre a realização do habitar		X	X

Verificar se a política habitacional implementada contribui para a diminuição das desigualdades de gênero		X	X
---	--	---	---

Fonte: elaborado pela autora.

3.3 Os sujeitos da pesquisa

A pesquisa de campo, apresentada nesta metodologia, propôs uma integração dos dados obtidos através do levantamento bibliográfico e documental, das entrevistas e da observação participante. Tal pesquisa contou com uma amostra não probabilística, intencionalmente constituída por seis mulheres moradoras do Conjunto Residencial Governador Miguel Arraes, localizado no Bairro de Passarinho.

Buscamos analisar como essas mulheres, distintas entre si, produzem narrativas de sujeição e de insurreição às desigualdades de gênero, a fim de depreender de que maneira essas desigualdades, vivenciadas por pessoas do sexo feminino, estão expressas em suas trajetórias e influenciam suas formas de habitar.

Para a escolha dos sujeitos da pesquisa foram estabelecidos como critérios de inclusão: 1) ser moradora do Conjunto Residencial Governador Miguel Arraes; 2) ter disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. As mulheres que concomitantemente atenderam a esses requisitos foram prontamente informadas sobre o conteúdo da investigação e tiveram suas identidades salvaguardadas.

Este estudo buscou depreender o espectro de variáveis necessárias para a realização plena do habitar das beneficiárias do Programa PAC-Beberibe, por entendê-los como condição *sine qua non* para a diminuição das desigualdades de gênero. Objetivou-se, com isso, trazer ao debate realidades empíricas diversas, mediante a pluralidade de vivências e interpretações dos sujeitos da pesquisa. Dessa forma, para alcançar o objetivo proposto na pesquisa, buscamos atingir um amplo espectro de variáveis qualitativas, tais como idade, escolaridade e renda familiar.

3.4 A estrutura do roteiro de entrevista

A Relatoria do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada propôs um monitoramento da condição habitacional de mulheres em mais de 60 países, no ano de 2011. Tal estudo tomou como base a compreensão de que as mulheres possuem uma relação com o habitar qualitativamente distinta da perspectiva masculina, o que pressupõe um arranjo de recursos materiais específicos a fim de garantir sua autonomia e independência.

Como resultado do referido estudo, foi lançada uma cartilha intitulada *Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?*¹³, no intuito de auxiliar na formulação, implementação e análise de políticas habitacionais, para que estas incorporem, efetivamente, a perspectiva de gênero.

Tal cartilha estabelece sete indicadores que compõe o direito à moradia adequada. Cada um destes elementos de avaliação atigem as mulheres de forma singular e são entendidos de forma ampla, não limitados à própria casa. São eles: segurança da posse; habitabilidade; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; custo acessível.

A partir desses sete indicadores construímos nosso roteiro de entrevista semiestruturada, organizado em blocos temáticos, congregando perguntas afins num mesmo bloco, com uma sequência condizente com a finalidade das informações que pretendíamos coletar. O roteiro semiestruturado combinou perguntas abertas e fechadas, em que a entrevistada teve a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, sem se prender à indagação formulada.

Nesse sentido, a entrevista, como técnica de pesquisa, possibilitou a obtenção de informações diretamente construídas no diálogo com os sujeitos entrevistados e expôs a reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia (MINAYO, 2009).

A fim de auxiliar na visualização dos aspectos a serem analisados a partir das perguntas propostas no roteiro de entrevista, elencamo-los no quadro a seguir:

¹³ Disponível em: < https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/12/guia-mulheres-pt_ok.pdf > Acesso em 23 de abril de 2018.

QUADRO 03: Pontos de análise e perguntas presentes no roteiro de entrevista

Pontos de análise	Pergunta
Perfil da entrevistada	Nome
	Idade
	Unidade habitacional que mora
	Escolaridade
	Profissão
	Estado Civil
	Possui filhos?
Infraestrutura	Você tem filhos em idade escolar? Como é a oferta de escolas e creches na região?
	Como funciona o abastecimento de água no seu bairro? Como isso influencia o seu cotidiano?
	O entorno do residencial é bem iluminado? Você se sente segura caminhando por aqui à noite?
	Quais serviços da rede de atendimento social você tem acesso no atual local de moradia?
	Existe algum serviço público que você não conseguiu acessar após o reassentamento?
	No antigo endereço você possuía acesso a esses serviços?
Grupos vulneráveis	Você ou alguém da sua família possui algum tipo deficiência?
	Sua casa é de tipologia adaptada?
	Você já presenciou algum ato de violência contra mulher no residencial?
	Você já sofreu algum tipo de violência?
Habitabilidade	O que mudou na sua vida com a mudança para o residencial?
	Que aspectos você analisa como positivos e quais analisa como negativos no residencial?
	Descreva, em três palavras, qual é a imagem que você tem do residencial.
	Você considera que a qualidade de vida das famílias teve melhora no residencial?
Adequação cultural	O tamanho da sua casa é compatível com as necessidades da sua família?
	O imóvel dispõe de espaços adequados para lavar roupas, armazenar seus pertences, dormir e cozinhar?
	Você mudaria alguma coisa?
	Você sente falta de alguma coisa nessa casa?
Segurança da posse	Você é a titular do imóvel?
	Morar nesta casa contribuiu para a sua independência? Se sim, de que forma?
Custo acessível	Qual é a renda familiar mensal? Recebe algum tipo de programa social?
	A renda de sua família modificou após o reassentamento? Os gastos diminuíram ou aumentaram?
	Você possui débito com alguma concessionária de serviço? Se sim, esse débito é anterior ou posterior a mudança?
Localização	A localização do residencial é boa? Melhorou o seu acesso à cidade?
	Como funciona o transporte público na região? O residencial possui pontos de ônibus próximo?
Informações complementares	Antigo endereço de moradia:
	Quantas pessoas moravam na sua antiga casa? Quantas moram agora?
	Tempo que residiu na antiga moradia:
	Como era a sua casa antiga? (Pontos positivos e negativos) Descreva, em três palavras, qual é a imagem que você tem da sua antiga casa.

Fonte: elaborado pela autora.

A sequência das perguntas foi realizada junto às seis beneficiárias entrevistadas, individualmente, em suas residências, com o auxílio do gravador de voz, para registro dos dados. Cabe destacar a autorização prévia concedida para as gravações e a ausência de pessoal alheio a este estudo, quando do momento de interlocução.

3.5 A análise dos dados: como as mulheres habitam?

3.5.1 A observação participante sob o olhar da *flâneuse*

Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhe as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos flâneur e praticar o mais interessante dos esportes — a arte de flunar.

João do Rio, em *A alma encantadora das ruas*

O *flâneur* é um personagem literário criado por Charles Baudelaire e representa uma figura histórica que emerge na primeira metade do século XIX, em meio ao surgimento das grandes cidades e das revoluções urbanas. Todavia, é a partir da leitura que Benjamin faz do *flâneur baudelariano*, através de estudos sobre a influência dos centros urbanos e das multidões no imaginário coletivo, que este se torna um instrumento para a observação analítica da cidade, ao debruçar-se sobre a vida cotidiana e instituí-la enquanto objeto científico (BENJAMIN, 2000).

O cotidiano é criador de sentido e o *flâneur* é a essência da contemplação, da observação do intenso fluxo de seres e objetos que ocupam a cidade, é o deslocar-se guiado pelo estranhamento e pela desnaturalização do cotidiano, instigado pela dúvida e pela inquietação, pois “é na transfiguração do banal em objeto científico que reside a novidade” (SEGAUD, 2016, p.48).

Para Segaud (2016),

essa incitação a ver o cotidiano como portador de sentido repercute entre aqueles que se interessam pelo espaço. Eles vão investigar a maneira como a vida cotidiana se desenvolve e se expressa no

hábitat por meio de práticas e representações. (SEGAUD, 2016, p. 47)

Nesse sentido, a *flâneuse*¹⁴, a partir do olhar feminino da pesquisadora, sensível à violência de gênero, contribuiu para despertar a criticidade sobre o local de pesquisa e auxiliou na construção interpretativa das cenas cotidianas presentes no Residencial Governador Miguel Arraes.

Reconhecemos, pois, a influência da *flâneuse* na construção dessa análise, visto que “a realidade existe somente à experiência humana e ela só aparece sob a forma de como os seres humanos vêem este mundo, ou seja, são os aspectos objetivos e subjetivos observáveis que compõem a realidade concreta” (HAGUETTE, 1999, p. 58). Assim, buscaremos, sempre que possível, ressaltar o caráter subjetivo dessa relação.

O diálogo construído junto às moradoras do Residencial Governador Miguel Arraes, antigo local de minha atuação profissional como estagiária, por exemplo, facilitou minha inserção no campo, por conhecer algumas de suas histórias, vivências e trajetórias. Todavia, estar ali, como pesquisadora, configurou-se como uma experiência qualitativamente distinta.

Fui construindo minha inserção como *flâneuse* em minhas andadas pelo residencial, observando os costumes, vendo o cotidiano se desenhar sob meus olhos, percebendo as ausências e conversando com alguns rostos familiares. Em uma de minhas conversas com uma moradora, durante a observação, ao perguntar se ela já havia presenciado algum ato de violência contra a mulher no residencial, obtive a seguinte resposta: “*Não, nunca vi não. Violentemente não, só uns tapinhas, assim de leve*”. E sorrindo, ela concluiu: “*Isso é normal!*”.

No primeiro momento, senti-me deslocada, ofereci-lhe um riso sem graça e tive a sensação de estar sendo avaliada por aquela senhora familiar. Passado o choque, pude refletir sobre aquela fala. Pus-me a pensar: qual é o significado de violência? E de normalidade? Claramente, não falávamos sob o mesmo referencial. Por quê? De acordo com Segaud (2016), “o que se evidencia são os processos às vezes inconscientes pelos quais o próprio pesquisador apreende o mundo, a partir da sua própria experiência e da sua

¹⁴ Segundo o dicionário Infopédia: *flâneuse* é o nome feminino singular de *flâneur*. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/frances-portugues/fl%C3%A2neuse>> Acesso: 24 de mai. 2018

própria espacialidade (p. 30).

De mesmo modo, para a socióloga Luiza Helena Bairros,

não é a violência que cria a cultura, mas é a cultura que define o que é violência. Ela é que vai aceitar violências em maior ou menor grau a depender do ponto em que nós estejamos enquanto sociedade humana, do ponto de compreensão do que seja a prática violenta ou não. (BAIRROS, Luiza, apud DOSSIÊ, 2015)

Apesar de tomar como exemplo uma história colhida individualmente, temos aqui uma percepção culturalmente influenciada por um ambiente simbólico violento, que constrói as noções e os sentidos que guiam a percepção da realidade.

A fala dessa moradora evidencia que a violência contra a mulher está tão naturalizada e cristalizada nas práticas e nos discursos da sociedade, que dificulta a percepção das relações de poder e das desigualdades entre os sexos, socialmente construídas e historicamente reproduzidas pelos indivíduos.

Destarte, o ato de flamar, associado à observação participante, na construção metodológica desta pesquisa, assumiu sua relevância ao agir como um elemento de minha inserção em um território perceptivelmente violento. Possibilitou, também, o estranhamento e a desnaturalização do espaço, não neutro, onde as experiências vivenciadas cotidianamente por nós, mulheres, são fruto das relações sociais de gênero.

3.5.2 Análise das entrevistas

Ao considerar que o ser mulher institui condicionalidades específicas ao próprio estar no mundo de nossas entrevistadas, conforme mencionado nos capítulos anteriores, utilizamos o conceito de gênero para analisar de quais formas tais condicionalidades reverberam em suas interlocuções. A amostra do presente estudo é composta por seis beneficiárias - nome atribuído no interior do próprio Programa - do PAC Beberibe, realocadas no Conjunto Residencial Governador Miguel Arraes há menos de dois anos.

A fim de oferecer maior completude aos dados coletados, apresentamos,

no quadro a seguir, uma breve descrição do perfil de nossas entrevistadas.

QUADRO 04: Perfil das entrevistadas

Beneficiária	Idade	Grau de escolaridade	Filhos	Estado civil
Beneficiária A	36	Ens. Médio Incompleto	4	Casada
Beneficiária B	21	Ens. Médio Incompleto	2	Solteira
Beneficiária C	50	Ens. Fundamental I	2	Viúva
Beneficiária D	22	Ens. Fundamental II	3	Solteira
Beneficiária E	21	Ens. Médio Incompleto	2	Casada
Beneficiária F	21	Ens. Fundamental II Incompleto	3	Solteira

Fonte: elaborado pela autora.

Como vimos, ao longo da discussão teórica, a área da Bacia do Beberibe apresenta altos índices de densidade demográfica e registra a maior concentração de assentamentos precários da Região Metropolitana do Recife, espalhados em áreas de risco e sujeitos a alagamentos. Nesse sentido, a proposta elaborada no PAC-Beberibe busca articular a construção de infraestrutura urbana e melhorar as condições de habitabilidade da região¹⁵, visto que a construção de habitações precárias em áreas de terrenos frágeis ou não passíveis de urbanização "é uma alternativa habitacional que faz parte da estrutura de provisão da habitação no Brasil" (MARICATO, 2001, p. 82).

Nessa perspectiva, antes de serem reassentadas no Conjunto Residencial, as beneficiárias viveram em habitações classificadas como precárias e inadequadas, em áreas inundáveis, às margens do Rio Beberibe e, em período de cheia, afirmaram estar sujeitas a alagamentos e enchentes.

Assim, no que concerne à remoção de suas famílias da área de risco e à respectiva mudança para o residencial, as entrevistadas apontam melhorias:

A gente não tá arriscado a levar cheia, a perder as coisas.

Beneficiária A

¹⁵ Diário Oficial da Cidade do Recife, Poder Executivo, Recife, PE, 16 out. 2007. Edição 116.

É bom porque não enche mais, não alaga. Quando chove a gente fica despreocupada, que não vai encher mais.

Beneficiária D

Deu uma melhoriuzinha, porque é como eu lhe falei, eu saí de um barraco de palafita, saí da beira do rio e vim para cá. Melhorou, porque eu não tenho mais que passar por enchente e cheia com os meus filhos. Melhorou, porque eu não vivo mais num barraco, vivo numa casinha, querendo ou não, ou bom ou ruim, é a minha casinha.

Beneficiária B

Contudo, observamos que a política habitacional e a produção do espaço urbano atingem de maneira sexista a vida das mulheres, principalmente daquelas mais pobres e periféricas. A título de exemplo, ao questionar as beneficiárias do programa sobre a localização do residencial, obtivemos as seguintes respostas:

Não é boa não, viu, meu amor. Nunca no Brasil. Isso aqui é o fim do mundo, longe de tudo.

Beneficiária B

Aqui não tem agente de saúde, para começar. E para gente marcar [consultas] a gente tem que descer lá para Beberibe, porque o posto continuou o mesmo. Aí para a gente marcar consulta tem que descer lá para baixo e descer bem cedo, porque aqui perto não tem nada.

Beneficiária B

Na verdade, aqui é muito ruim, mulher. É ruim para tudo. Se você for fazer uma feira, você tem que se deslocar ou para Beberibe ou para o Terminal de Dois Unidos. Eu vou para Beberibe, porque em Beberibe é mais barato. Eu não vou mentir. Uma feira, uma verdura, uma carne. Tudo tem que se deslocar para Beberibe.

Beneficiária A

No tocante ao indicador sobre o custo acessível da moradia, as entrevistadas afirmam que a mudança para uma moradia regularizada implicou na aquisição de gastos e de débitos não existentes, antes, quando da habitação irregular, por exemplo, os valores referentes aos serviços prestados por concessionárias fornecedoras de água e de luz, anteriormente, obtidos através de ligações ilegais e clandestinas.

Eu ganho trezentos reais, que o meu amigo me dá para tomar conta da menina dele, aí eu tô vivendo dessa renda todinha, que é para pagar essas grades que eu coloquei aí [no portão em frente à casa], cem reais por mês, com cem reais eu faço um arranjozinho para mim e os outros cem, para pagar a conta de água. As despesas aqui aumentaram muito, só sobra cem reais para para todas as minhas contas e despesas.

Beneficiária C

Os custos aumentaram muito, tu não tá entendendo [risos]. Gasto cento e pouco todo mês, quase duzentos reais só de energia, fora a conta de água.

Beneficiária B

Segundo a descrição do indicador, contida na cartilha *Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?*, o referencial de "custo acessível" para homens e mulheres não é o mesmo. Isto porque, no geral, as mulheres possuem o acesso mais restrito a empregos formais e, além disso, recebem salários mais baixos. No tocante àquelas chefes de família e/ou mães solo, o custo de manutenção da moradia é ainda maior em seu orçamento. Tal situação, agrava-se, aqui, pois nossas entrevistadas encontram-se desempregadas.

Nesse sentido, sobre a situação ocupacional das beneficiárias, todas elas afirmaram estar desempregadas e três informaram receber renda proveniente do Programa Bolsa Família¹⁶, fato que reflete as difíceis condições de vida nas quais os sujeitos de nossa pesquisa se inserem.

O alto índice de desemprego entre nossas entrevistadas e suas implicações na criação de estratégias de sobrevivência, revela outro importante dado: a dificuldade de reconstrução das redes de sobrevivência e solidariedade, ainda escassas, no novo local de moradia. Devido à remoção e ao reassentamento, as redes de solidariedade presentes no antigo local de habitação foram desfeitas, não mais existem a troca solidária e o afeto, compartilhados anteriormente.

Nesse sentido, algumas mulheres afirmaram em suas narrativas o desejo de voltar a morar em sua antiga habitação, pois (1) se sentem afastadas daqueles que sempre as auxiliavam e (2) a localização do habitacional é distante de seus antigos vínculos sociais e comunitários. Tais elementos dificultaram, segundo as entrevistadas, na adaptação ao novo local de moradia. Vejamos:

¹⁶ Para mais informações: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>> Acesso em 02 de agosto de 2018.

Aqui piorou tudo. Piorou, porque lá [no antigo local de residência] eu almoçava na casa das minhas vizinhas, das minhas amigas, eu me sentia acolhida e aqui não.

Beneficiária C

Dificultou muito aqui para mim, minha filha. Dificultou tudo. Assim, ali, quando eu morava na beira da ponte, o problema lá só era o próprio rio. Mas se me dissessem assim: tu quer voltar para lá? Se não fosse aquele rio, eu diria: eu volto. Porque tipo assim, aqui tem muita mercearia, mas 1 kg de açúcar que você compra por R\$ 1,90 nos mercados lá em Beberibe ou até em Dois Unidos, aqui é R\$ 2,50. Aí para uma pessoa que tá desempregada, que fica comprando as coisas por unidade, tipo assim, eu faço um paninho de prato, aí eu vendo, aquele dinheirinho do paninho de prato eu já compro alguma coisa para a casa, né? Para mim me alimentar, aí fica difícil porque aqui é tudo mais caro.

Beneficiária C

Se eu pudesse, se eu pudesse eu não moraria aqui nesse local. Eu voltava para onde eu morava. Não na área de risco [...]

Beneficiária B

Outro ponto a ser destacado no discurso dessas mulheres é a forma como a falta de acesso aos bens e serviços públicos impacta negativamente em suas vidas, chegando a contribuir a sensação de insegurança ou de sujeitamento à violência urbana por parte dessas mulheres:

Eu pego a van aqui na frente ou eu desço para o terminal. Mas é aquela coisa, a gente precisa sair mais cedo, aí é arriscado ser assaltada, entendeu? Porque a gente fica submissa a tudo.

Beneficiária B

Você considera que a qualidade de vida das famílias teve melhora no residencial?

Continuou do mesmo jeito, a mudança só é que eu me desloquei de um lugar que era área de risco para um lugar que o risco só é o roubo, que tem demais. Aqui é muito ladrão.

Beneficiária F

No que concerne às alternativas para a ruptura de ciclos de violência, a inexistência de equipamentos sociais e serviços também reduzem as possibilidades de emancipação e de empoderamento feminino. Vejamos alguns relatos:

Aqui não tem escola nenhuma não, aqui não tem nada.

Beneficiária B

Meu amor, tudo é difícil aqui. Tudo, tudo, tudo. Deslocamento, escola, posto, creche. Tem tanta criança aqui e não tem uma creche.

Beneficiária A

Indicadores, como a localização, a habitabilidade e a infraestrutura, fazem parte das estruturas de significação (GEERTZ, 1978) presentes nas tramas cotidianas de sociabilidade e vivência das mulheres entrevistadas, por influenciarem diretamente sua relação com o espaço. Uma das beneficiárias, inclusive, listou alguns dos equipamentos e serviços necessários à melhoria da área e da condição de vida de seus moradores:

Eu acho assim: mais segurança, policiamento. Uma UPINHA perto, que a gente não precisasse descer lá para baixo. Um ponto de ônibus mais perto, que a gente não precisasse descer lá para baixo também. Isso tudo eu acho que mudaria muito, para mim só não, para todo mundo aqui.

Beneficiária A

De acordo com Harvey (1980), a segregação sócio-espacial reflete-se, também, no acesso diferenciado aos recursos e serviços necessários à construção de oportunidades de ascensão social, como, por exemplo, as escolas. Nesse sentido, a localização das beneficiárias e de suas famílias, longe dos equipamentos e serviços públicos, tendem a favorecer a reprodução das desigualdades econômicas e sociais. Pois,

[...] o acesso de todas as pessoas aos direitos universais deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados. Tratar desigualmente os desiguais, buscando-se a justiça social, requer pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres (BRASIL, 2004, p. 31-32).

Desse modo, não poderíamos deixar de destacar o grande desafio que se apresenta, quando da tentativa de romper ciclos de violência sem o acesso à educação, posto que, por exemplo, as crianças moradoras desse residencial convivem cotidianamente em um ambiente perceptivelmente violento. Um dado alarmante, uma vez que, a socialização não ocorre em abstrato, mas em contextos sócio-econômicos concretos e, nesse caso, em áreas com altos índices de criminalidade, que podem fomentar trajetórias pessoais igualmente violentas.

Além disso, a escola possui um alto valor social na vida das mulheres, por fornecer, historicamente, os meios para a emancipação feminina, ao assumir parcialmente a responsabilidade pela socialização infantil, atividade anteriormente reconhecida cultural e socialmente como atribuição exclusiva das mulheres. Para Vilarinho (2000), “estava subjacente a ideia de que a mulher desempenharia um papel social fundamental na moralização dos costumes, na socialização para o trabalho e também como boa gestora do lar [...]” (p. 85).

Todavia, conforme aumenta a inserção feminina no mercado de trabalho, para Arroyo (1994), a infância passa a ser considerada uma categoria social e, por conseguinte, dever público do Estado. Nesse sentido, é importante compreender que o oferecimento de creches e escolas possibilita às mulheres a realização de suas atividades cotidianas, bem como se apresenta como fundamental na tentativa de reduzir as desigualdades de gênero e de promover a autonomia feminina, pois a não efetivação desse direito ou a sua violação têm consequências específicas em suas vidas.

Destarte, através do diálogo com as beneficiárias, no decorrer da pesquisa, pudemos perceber aspectos que muitas vezes são propositalmente omitidos dos discursos político e midiático sobre a urbanização de assentamentos precários em centro urbanos, como é o caso do Programa PAC-Beberibe. Podemos inferir, portanto, que as estratégias de ação do PAC em nada contribuem para reduzir, no campo do desenvolvimento territorial, as desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a magnitude dos impactos e das transformações decorrentes da concretização do Programa PAC-Beberibe, este estudo buscou desvelar e refletir sobre o contexto sociocultural no qual se inserem as mulheres beneficiárias do referido programa e verificar se a política implementada contribuiu para a diminuição das desigualdades de gênero.

Aqui, pois, partimos do pressuposto de que as relações de gênero estruturam socialmente relações de poder entre os sexos e refletem-se, em mesma medida, espacialmente. Nesse sentido, concordamos com Pinheiro (2017), quando esta afirma ser "impossível vislumbrar a diminuição das desigualdades socioterritoriais das cidades sem uma atuação incisiva nas questões de gênero" (p. 44).

Desse modo, por reconhecer que o próprio ser mulher impõe condicionalidades específicas à existência feminina, buscamos compreender, com os dados obtidos junto às nossas entrevistadas, o contexto no qual ocorre a realização do habitar das mulheres beneficiárias do programa PAC-Beberibe, procurando levantar informações que permitissem compreender as repercussões e limitações da inserção das mulheres nessa política habitacional.

Acreditamos que nossos dados contribuem para o entendimento da relevância da incorporação do recorte de gênero na elaboração, na implementação e na avaliação de políticas públicas como uma forma de dar visibilidade social a demandas femininas perante o Estado, além de agir como uma ferramenta de ampliação da cidadania das mulheres, inserindo-as na agenda de prioridades do poder público (LIMA, 2012).

Assim, apesar do inegável avanço dessa discussão tanto na academia quanto no legislativo, especialmente a partir da elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres¹⁷, não verificamos no tocante ao PAC-

¹⁷ BANDEIRA, Lourdes M. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: SWAIN, Tânia N, MUNIZ, Diva do C. G. (Orgs). Mulheres em ação – práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; BH: PUC/MG, 2005. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivosdiversos/arquivos/integra_transversalidade_genero> Acesso: 02 de jan de 2018.

Beberibe um esforço empreendido no sentido de executar ações de enfrentamento às desigualdades de gênero. Pelo contrário, os dados coletados no decorrer da pesquisa demonstram que há, ainda muito latente, a adoção de estratégias que ratificam e reproduzem as desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres.

Nessa perspectiva, no tocante ao Residencial Governador Miguel Arraes, percebemos carências expressivas no tocante ao acesso aos equipamentos, aos bens e aos serviços públicos. Maricato (2007) aponta que uma avaliação qualitativa dos impactos dos projetos do PAC são, ainda, precoces. Contudo, a autora afirma existir uma tendência à reprodução da cultura de projetos habitacionais de baixa qualidade, distantes dos centros urbanos, que promovem, perversamente, a segregação espacial.

Assim, o Residencial, projetado e fundamentado sob um discurso de aumento na qualidade de vida, revela uma política ineficiente ao não garantir o acesso integral à vida urbana. O programa de urbanização de assentamentos precários é apresentado pelo poder público como resposta ao problema da falta de acesso à infraestrutura. Todavia, como apontam as beneficiárias, não responde efetivamente a seus propósitos.

Além disso, é preciso considerar que a política implementada foi desenvolvida contraditoriamente, pois a remoção das beneficiárias fundamenta-se sob um discurso de construção de infraestrutura urbana, contudo, o posterior reassentamento no Conjunto Residencial construído no âmbito do referido programa deu-se, como apontam nossas entrevistadas, em um local onde não se garantiu o acesso aos bens e serviços públicos, tampouco a integração à centralidade da vida urbana.

Nessa perspectiva, a hipótese formulada no início desta pesquisa foi confirmada, uma vez que a política implementada não forneceu as condições necessárias para a realização do habitar de nossos sujeitos, por racionalizar e reduzir o habitar à provisão do microespaço vinculado à casa. Ao considerar que habitar é a própria condição em que o ser se encontra no mundo, podemos inferir, ainda, que tal programa promoveu, também, a destruição do habitat anteriormente existente, provocando o esfacelamento das antigas redes de solidariedade e dos vínculos comunitários.

Deste modo, para as mulheres, a não efetivação do direito à moradia ou a inadequação de uma política habitacional ao contexto sociocultural no qual estão inseridas produz consequências específicas, que não se observam do mesmo modo para os homens.

Podemos afirmar, portanto, que, se objetivarmos proporcionar a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres, a especificidade da experiência feminina precisa ser considerada na elaboração e na efetiva implementação das políticas públicas. Por tal motivo, reafirmamos, a partir das informações apresentadas neste estudo, a relevância de compreendermos a forma de ser dos distintos grupos socioculturais e o significado que conferem, em caráter imprescindível, às políticas habitacionais, se estas objetivarem construir efetivas formas de habitar o mundo.

Outros estudos que integrem questões de gênero e direito à cidade, bem como novas abordagens acerca das aproximações e distanciamentos das políticas públicas frente aos grupos a que se destinam podem contribuir para reflexões complementares sobre o tema, fornecendo dados que nos ajudem a promover ações mais efetivas, com o reconhecimento de seu sucesso no interior do próprio grupo beneficiado.

REFERÊNCIAS

- ACTIONAID BRASIL (Brasil). **Cidades Seguras para as Mulheres**. Pernambuco: Actionaid Brasil, 2014.
- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ARAUJO, Clara M. O. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. Crítica Marxista. São Paulo, n.11, p. 65-70, 2000.
- ARDOINO, J.; LOURAU, R. **As pedagogias institucionais**. São Carlos: Rima, 2003.
- ARROYO, Miguel G. **O significado da infância**. In: Simpósio Nacional de Educação Infantil 1., Brasília, DF. Anais... Brasília, DF: Ministério da Educação, 1994. p. 88-92.
- BACHELARD, Gaston. **Coleção Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BAIRROS, Luiza. Entrevista concedida. **Dossiê Violência contra as Mulheres**. Brasil. 2015.
- BANDEIRA, Lourdes. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Sociedade e Estado, Brasília (DF), v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som - um manual prático**. Editora Vozes, 2015.
- BENJAMIN, W. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário, 2000. Disponível em <<https://www.travessa.com.br/a-modernidade-e-os-modernos/artigo/d1d6781c-ebe0-4ffb-9026-f545feaf19f2>> Acesso 06 de janeiro de 2018.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília: MCidades, 2009. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/285/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 02 de março de 2018.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para

Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2004. Disponível em:

<<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PNPM.pdf>>. Acesso em: 23 jun 2018.

CALIÓ, Sonia Alves. **Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano**. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, 1997. Resúmenes. Observatorio Geográfico, 1997. v. 1, p. 1-9. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2014.

CASTRO, Mary Garcia. **Marxismo, feminismos e feminismo marxistas**: mais que um gênero em tempos neoliberais. Crítica Marxista. Campinas. n.1, 2000.

CENSO Demográfico, 2010. **Resultados do universo**: características da população e domicílios. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Neim/Ufba, 2000. Disponível em: <<https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>> Acesso em 11 dezembro de 2017.

FERREIRA, V. Violência contra a mulher em Pernambuco: a difícil tarefa de entender o contexto. In: CASTILLO-MARTÍN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 179-184.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível**: A vitimização das mulheres no Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2017/03/visivel_invisivel_apresentacao.pdf>. Acesso em 08 dezembro 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 6. ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec. 1980.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. Parte I. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **Ensaio e conferências**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes - Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008.

HIRATA, Helena et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KELLER, E. Sexualização da linguagem científica. In HIRATA, Helena et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In TEIXEIRA, Marli, EMÍLIO, Marilane, NOBRE, Miriam e GODINHO Tatau. (org.). **Desafios para as políticas públicas: trabalho e cidadania para as mulheres**. São Paulo, 2003. p. 55-64

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

LIMA, Denise Furtado Alencar. **A política de titularidade residencial feminina no contexto da política pública habitacional**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

MARICATO, E. **Brasil 2000**: qual planejamento urbano? Cadernos IPP UR, Rio de Janeiro, Ano XI, Nos 1 e 2, 1997.

_____. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Para entender a crise urbana**. Ed. Expressão Popular, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Boletim regional n.5. **Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília: MI, set-dez, 2007.

REY, Fernando Luis González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: Os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SAFFIOTI, H. (2009). **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos/Ciências

Sociais/FLASCO-Brasil. Acesso em 19 de junho 2018. Disponível em: <www.flasco.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf>

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEGAUD, M. **Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar.** São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

SILVANO, F. **Antropologia do espaço.** Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

Disponível em: <https://issuu.com/sistemasolar/docs/filomena_silvano_antropologia> Acesso em 01 de junho de 2018.

SUAREZ, M; BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: FCC/Editora 34, 2002. p. 295-320.

VILARINHO, Maria Emília. **Políticas de Educação pré-escolar em Portugal (1977-1997).** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 2 ed. São Paulo: Pioneira. 2005.

YORY, C. M. G. **La dimensión poética del habitar.** Santa Fe de Bogotá, Ceja, 1998. (Segunda edición 2007).